



XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

**OS DESAFIOS DA
ARQUIVOLOGIA NO
MUNDO DIGITAL**

**Associação dos Arquivistas do
Estado de Santa Catarina**

XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

“Os desafios da Arquivologia no mundo digital”

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(Org.)

XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

“Os desafios da Arquivologia no mundo digital”

FLORIANÓPOLIS
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.

Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Leolíbia Luana Linden

Luiza Morgana Klueger Souza

Camila Schwinden Lehmkuhl

Amanda Herzmann Vieira

Comissão Científica

Camila Schwinden Lehmkuhl

Aline Karmes Krüger

Eliandro dos Santos Costa

Eva Cristina Leite da Silva

Fernanda Frasson Martendal

Francisco Alcides Cougo Júnior

Graziela Martins de Medeiros

Luciane Paula Vital

Luiza Morgana Klueger Souza

Ficha catalográfica elaborada por Juliana A. Gulka - CRB-14/1514

E56a Encontro Catarinense de Arquivos (14. : 2019 : Florianópolis, SC)

Anais do XIV Encontro Catarinense de Arquivos: "Os desafios da Arquivologia no mundo digital" / Organizado [por] Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina . – Florianópolis : Editora AAESC, 2020.

81 p. : il. Color

ISBN 978-65-990750-0-1

1. Arquivologia. 2. Gestão documental. 3. Patrimônio Documental - Arquivos. I. Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina

CDU 025.171(816.4)

SUMÁRIO

- 7** **Diagnóstico em Acervos Digitais: estudo de caso em um órgão do Poder Executivo Federal**
Diagnosis of Digital Collections: Case Report of a Federal Agency
Ívina Flores Melo Kuroki; Charley Luz
- 16** **Diagnóstico da gestão de documentos arquivísticos digitais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análise dos dados de pesquisa do Observatório de Documentos Digitais**
Diagnosis of the management of digital archival documents at the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education: analysis of Digital Data Observatory research data
Eduardo Rafael Miranda Feitoza; Daniel Flores
- 26** **O processo de descrição arquivística no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**
The process of the archival description at the Regional Electoral Court of Santa Catarina
Camilla Pietra Otto; Luciane Paula Vital
- 36** **Descrição arquivística: conceito nos periódicos científicos brasileiros**
Archival description: concept in Brazilian scientific journals
Luciane Paula Vital; Cher Oliboni Luza
- 42** **A fundamentalidade do apoio Legal às atividades arquivísticas: o Arquivo Público Municipal de Chapecó**
The fundamentality legal support to archival activities: the Arquivo Publico Municipal de Chapeco
Katuscia Winckler Migliavacca
- 48** **Patrimônio cultural em risco: arquivos e planos de emergência**
Cultural heritage at risk: archives and emergency plans
Carlos Alberto Rodrigues; Eliana Maria dos Santos Bahia
- 57** **A memória preservada e recuperada pela descrição arquivística: as fotografias digitais de jornal**
The preserved memory by archival description: the newspaper digital photographs
Alvaro Pouey Filho; Francisca Ferreira Michelon
- 65** **Acervo fotográfico em Arquivos Públicos: em busca do corpus da literatura e suas contribuições**
Photographic collection in Public Archives: searching for the corpus of literature and its contributions
Eva Cristina Leite da Silva; Vanessa Aline Schweitzer Souza
- 75** **Transcrição e Digitalização dos manuscritos da Colônia de Blumenau do século XIX – acervo que integra o setor de obras raras da Biblioteca Universitária da UFSC**
Transcription and Digitization of manuscripts of the 19th Century Blumenau Colony - collection that integrates the rare works sector of the UFSC University Library
Glauca da Silva; Aline Carmes Krüger

“É preciso criar uma mentalidade em todos os níveis sociais e em todas as faixas etárias da nossa população, visando defender o nosso patrimônio documental.”

(WALTER PIAZZA, 1988)

APRESENTAÇÃO

O Encontro Catarinense de Arquivos (ECA) começou a ser organizado em 1984, por meio de uma parceria entre a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAAP-SC) e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), com o objetivo de reunir representantes de instituições públicas e privadas, estudantes de universidades e pessoas interessadas na preservação e guarda do patrimônio documental catarinense. Realizado a cada dois anos, o ECA foi sediado pelos seguintes municípios: Florianópolis (1984, 1986, 1988, 1992, 1996, 2002 e 2004), Joaçaba (1990), Blumenau (1994 e 2000) e Jaraguá do Sul (1998 e 2007).

Em 2017, após uma lacuna de 10 anos desde o último ECA, a Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) tornou-se responsável pela promoção do evento em parceria com o APESC. A 13ª edição ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, tendo como tema “Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”.

Depois de dois anos, a 14ª edição do evento ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2019, na sede do APESC, resultado de uma parceria entre a AAESC, o APESC e o curso de graduação em Arquivologia da UFSC. Esta edição teve a seguinte temática: “Os desafios da Arquivologia no mundo digital”. Foram cerca de 70 participantes, provenientes das cidades catarinenses de Florianópolis, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Blumenau, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, Criciúma e Chapecó, além de outros estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

Quanto a programação do XIV ECA, estiveram presentes palestrantes renomados no cenário arquivístico nacional, como Daniel Flores, da Universidade Federal Fluminense, que trouxe reflexões acerca do arquivista do futuro em meio à transformação digital da área, e Beatriz Kushnir, Diretora Geral do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, apresentando as implicações da PL 7920/2017 e MP 881/2019. Além de falas locais, como de Sandra Zanon (TRE/SC), trazendo aspectos práticos da arquivologia digital atual no cenário público. Oficinas e minicursos sobre: leitura e transcrição de documentos manuscritos (Juçara Wolf e Luciano Von Fruhauf); captação de recursos pela Lei de Incentivo à Cultura (Paola Nascimento); descrição e indexação na plataforma AtoM (Daniel Flores), além da apresentação dos nove artigos que compõem esses anais.

Durante a plenária final do evento, foram sugeridas as seguintes moções:

- 1) Incentivar a criação de vagas para arquivistas em instituições arquivísticas;
- 2) Buscar melhores condições de funcionamento ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC);
- 3) Buscar ações de integração junto com o Curso de Graduação em Arquivologia, AAESC e instituições arquivísticas;
- 4) Articular cursos de extensão e de especialização em arquivos para capacitação dos profissionais de arquivo;
- 5) Articular ações para implantação e estruturação de arquivos municipais;
- 6) Buscar a criação de uma modalidade específica para arquivos no Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura.

Além das moções, durante o encerramento do evento foi entregue o prêmio Walter Piazza, neste ano contemplando a Professora Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho por sua larga contribuição para o desenvolvimento da Arquivologia Catarinense, além de ser uma das fundadoras do curso de graduação em Arquivologia da UFSC.

Este livro busca registrar os trabalhos que foram apresentados no XIV ECA, diante da significativa contribuição deste evento para o desenvolvimento da Arquivologia no estado, enquanto um espaço de compartilhamento entre representantes de instituições públicas e privadas, arquivistas, profissionais que atuam em arquivos, estudantes de universidades e demais pessoas interessadas pela preservação do patrimônio documental do estado de Santa Catarina.

Os trabalhos estão organizados em forma de capítulos e subdivididos entre os eixos: Eixo 1 - Gestão Documental, que compreende os processos de organização dos arquivos, abrangendo as atividades de classificação, descrição e preservação voltadas às técnicas e metodologias de trabalho; Eixo 2 - Ferramentas tecnológicas aplicadas a arquivos, que vislumbra a aplicação tecnológica frente aos fazeres arquivísticos, tratando de metodologias, padrões nacionais e internacionais, assim como sistemas para a gestão documental; e Eixo 3 - História, memória e patrimônio nos arquivos, que engloba as atividades de difusão e acesso aos documentos, bem como o papel dos arquivos em uma perspectiva cultural.

Desejamos uma ótima leitura!

A fundamentalidade do apoio Legal às atividades arquivísticas: o Arquivo Público Municipal de Chapecó

The fundamentality legal support to archival activities: the Arquivo Publico Municipal de Chapeco

Katiuscia Winckler Migliavacca, Arquivo Público Municipal de Chapecó, Rua Marechal Floriano Peixoto, 700 L, 3º Piso, Ala Norte, Arena Condá CEP: 89801-500. wm.katiuscia@gmail.com

Resumo: Tendo em vista a realidade do Arquivo Público Municipal de Chapecó – APMC, comparada a muitos outros Arquivos Públicos, em diferentes esferas, observou-se após um ano de trabalho, a necessidade e fundamentalidade de manter o apoio legal às atividades arquivísticas desenvolvidas no próprio Arquivo Público e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal, sempre atualizado. No caso do APMC, o primeiro e principal ponto a ser observado foi a obsolescência da lei de criação do Arquivo, de 1993 e que até 2018 não dispôs de modificações. Haja vista os 25 (vinte e cinco) anos sem atualizações, muitos artigos da legislação antiga já não condiziam mais com a realidade do espaço. Além disso, tratava-se de uma legislação não formulada junto a um responsável técnico na área de arquivo, ou seja, junto a um Arquivista ou a um profissional da Ciência da Informação. A lei não abordava as mínimas e principais funções que um Arquivo Público deve exercer e não utilizava termos técnicos da ciência arquivística. Sendo assim, este artigo visa abordar a atualização da lei nº 3.536/1993 que teve como objetivo atender as atuais demandas do APMC, bem como atuar em paralelo às legislações arquivísticas vigentes de todo país.

Palavras-chave: Legislação. Legislação Arquivística. Atualizações Legais. Arquivo Público Municipal de Chapecó.

Abstract: Considering the reality of the Arquivo Público Municipal de Chapecó - APMC, compared to several other Public Archives, in different spheres, using the year of work, the necessity and fundamentality of maintaining the legal support to the personalized archival activities in the Public Archive itself and others organs linked to the City Hall, always updated. In the case of APMC, the first and foremost point to note was the obsolescence of the archival law of 1993 until 2018, which was not available. There is an exhibit of 25 (twenty five) years without updates, many articles from the old legislation that no longer fit the current reality. In addition, these were legislation not formulated with a technical manager in the field of archiving, that is, with an archivist or an information science professional. The law did not address the minimum and primary functions that a Public Archive should perform and did not use technical terms of archive science. Thus, this article aims to address the update of law nº. 3.536 / 1993 which aimed to meet the current demands of the APMC, as well as act in parallel with the archival laws in force throughout the country.

Keywords: Legislation. Archivist Legislation. Legislation Updates. Arquivo Publico Municipal de Chapecó.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer das atividades desenvolvidas no Arquivo Público Municipal de Chapecó – APMC, um dos pontos cruciais observados durante um ano, foi a fundamentalidade que, segundo o Dicionário Priberam é a “qualidade do que é fundamental”; “que serve de fundamento”; “essencial, principal”, de um apoio legal atualizado e coerente às novas atribuições do espaço, que permitisse a ascensão dos trabalhos baseados numa reestruturação sólida e democrática, necessária para manter-se um ofício de qualidade em consoante às legislações arquivísticas vigentes.

Para dar início a atualização das leis existentes e a criação de novas legislações, foi necessário um estudo de alguns meses sobre a jurisprudência vigente em diversos outros Arquivos Públicos já instaurados. Além

disso, foi preciso entender na prática as questões a serem abordadas e a seriedade da atuação do APMC perante a sociedade e a Prefeitura Municipal de Chapecó – PMC.

Outrossim, foram criados: o Regimento Interno do APMC e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Ademais, retificou-se a lei nº 3.536 de 10 de agosto 1993 (lei de criação do Arquivo), hoje correspondente a lei nº 7.196 de 23 de outubro de 2018, objeto de estudo deste artigo.

Este trabalho objetiva: apresentar um breve histórico do APMC; abordar o porquê das alterações legais realizadas, analisadas durante o período de aproximadamente um ano e meio de trabalho; expor as novas atividades desenvolvidas no espaço e; elucidar sobre a criação do regimento interno e a criação da comissão permanente de avaliação de documentos, resultantes deste processo de reestruturação.

2 O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CHAPECÓ

O Arquivo Público Municipal de Chapecó (APMC), fundado em 1993, instituído na forma da Lei nº 3.536 de 10 de agosto de 1993 e reestruturado pela Lei nº 7.196 de 23 de outubro de 2018, mantém sob sua custódia documentos de valor administrativo, legal, jurídico, contábil, pessoal, cultural e histórico da PMC. O acervo ainda contempla

Projetos e Habite-se aprovados pelo Poder Público, alusivos a sociedade civil e a própria PMC desde 1943 até 2007.

Em sua criação ficou atrelado à antiga Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura. A partir de 2003 passou a pertencer à Fundação Cultural de Chapecó e somente em 2018, oficialmente, à Secretaria de Cultura.

Atualmente, por intermédio da Secretaria de Cultura, o APMC está alocado na Ala Norte da Arena Condá, no prédio destinado a órgãos da Secretaria de Saúde. A obra foi inaugurada no dia 17 de Abril de 2014, de 680m², contou com um investimento da PMC no valor de R\$ 181.588,90.

O local é aberto à pesquisa e visitas ao público interno e externo à Prefeitura e pode ser acessado mediante solicitação formal.

2.1 MISSÃO

Garantir a qualidade nos serviços prestados de guarda e gestão do acervo documental, assegurando o livre exercício do direito dos cidadãos ao acesso à informação.

2.2 VISÃO

Consolidar o Arquivo Público Municipal de Chapecó como fonte de pesquisa histórica e cultural aos membros da Administração Pública Municipal e Sociedade Civil.

2.3 VALORES

Responsabilidade Social; Acessibilidade; Cidadania; Conscientização; Ética; Cultura; História; Excelência; Imparcialidade; Transparência.

3 DA LEI Nº 3.536/1993 À LEI Nº 7.196/2018: ALTERAÇÕES E AVANÇOS TÉCNICOS

Fundado em 1993, o APMC foi instituído na forma da lei nº 3.536 de 10 de agosto do mesmo ano, e passou 25 (vinte e cinco) anos sem atualizações legais. Além disso, somente após algumas mudanças, mesmo atuante, é que o APMC passou a ter maior visibilidade. No ano de 2014 ganhou um novo espaço, ainda não considerado ideal, mas com condições de trabalho e acesso muito melhores que as do antigo arquivo.

Seguindo os avanços, em 2016 a PMC abriu concurso público para o cargo de Arquivista e em fevereiro de 2017 houve a contratação da profissional. A partir destas transformações, a fim de executar-se um trabalho de qualidade, o tratamento arquivístico partiu da origem, ou seja, no momento de produção do documento. A preocupação do Arquivo Público voltou-se a gestão da informação em todas as fases de vida do documento (fase corrente, intermediária e permanente), e para que o processo começasse a ganhar forma e credibilidade, foi necessário todo um conhecimento técnico de uma especialista na área de arquivos que contribuísse de forma muito mais efetiva para a otimização do uso dos sistemas de informação da Administração Pública.

O Arquivo necessita ambiente com uma estrutura adequada e salubre; da aplicação de metodologias arquivísticas específicas que garantam o tratamento adequado da documentação; de profissionais focados e determinados a exercer um trabalho que é de fundamental importância para a preservação dos documentos relativos à vida administrativa da prefeitura e histórica do município. Deste modo, os servidores passaram a observar os requisitos estabelecidos na cartilha elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no ano de 2014, intitulada: “Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania”, e outras referências bibliográficas da área.

Para que as mudanças passassem a ser implantadas, notou-se que era preciso iniciar os trabalhos apoiados em duas vertentes: a gestão documental (fundamentos teóricos e práticos) e a criação/alteração das bases legais atreladas ao APMC. Nesse contexto, o arquivo público, como fonte gestora da documentação e informação, segundo o CONARQ (2014), deve ser: “a instituição responsável pelos conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos municipais no exercício de suas atividades [...]. Tem por finalidade formular e implementar a política municipal de arquivos, por meio da gestão, tratamento técnico [...]”.

Nesse sentido, além da gestão documental, as legislações ainda asseguram o cumprimento dos princípios normativos recomendados pelas leis de Acesso à Informação, da Transparência e de Responsabilidade Fiscal, a partir daí elas passaram a ser a segunda vertente de trabalho.

Compreendidas as funções do arquivo e as suas demandas, fez-se indispensável a implantação de um programa de gestão documental no município, que visasse todas as etapas deste processo, desde a criação do documento até sua guarda ou eliminação, principalmente no que diz respeito a avaliação documental, e a criação de estruturas desenvolvidas com intuito de formalizar e regulamentar os procedimentos, que dessem apoio às normas e práticas ditadas pelos órgãos nacionais e internacionais de arquivo.

A configuração legal pôde então ser executada a partir do levantamento de dados, análise dos dados coletados, planejamento e implantação e acompanhamento das novas propostas, como sugere a autora Leite Paes (2005). A nova lei, lei nº 7.196/2018, foi desenvolvida após análise de alguns meses de execução do novo trabalho proposto e estudo de outras leis de arquivos vigentes e do que consta nas teorias arquivísticas. Além disso, foi estruturada conforme as necessidades do APMC e a configuração de suas atividades.

A nova lei passou por três etapas de aprovação: Secretaria de Cultura, Executivo Municipal e Legislativo Municipal, e passou a vigorar no dia 23 de outubro de 2018.

4 REGIMENTO INTERNO DO APMC

O regimento interno do APMC, instituído na forma da lei pelo decreto nº 35.069, de 19 de fevereiro de 2018, visa estabelecer regras para regulamentar o funcionamento do arquivo perante a administração pública e a sociedade civil, e diretrizes sobre o que é um arquivo público e quais suas atribuições.

Foi organizado em capítulos, conforme sugestão da cartilha de Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania, para facilitar a compreensão da estrutura do APMC e suas atividades de atuação.

Optou-se pela elaboração do regimento interno anteriormente a alteração da lei de reestruturação do arquivo para dar ciência à população sobre a sua demanda de trabalho, sobretudo às mudanças de algumas culturas empregadas anteriormente à reformulação das atividades. Após a criação do regimento interno, questões remanescentes foram englobadas na lei de reestruturação do arquivo.

Além disso, é válido ressaltar as principais evoluções do APMC ajustadas pelas legislações. As novas atividades desenvolvidas partiram de princípios básicos de organização do ambiente de trabalho: recomposição das salas, definição das funções dos servidores, definição de uma rotina de trabalho, elaboração do diagnóstico do arquivo, periodicidade de reuniões sobre planejamento operacional, tático e estratégico.

No que diz respeito às funções do arquivo propriamente ditas, após a elaboração do diagnóstico, que dentro da Arquivologia está introduzido à avaliação documental, compreendeu-se, fundamentalmente, o levantamento da situação das massas documentais acumuladas, identificando problemas no gerenciamento da informação arquivística.

Dentre os problemas, podemos citar: a presença de volumosas massas documentais acumuladas sem nenhum tratamento técnico científico; arquivos produzidos sem nenhum planejamento e tratamento arquivístico; ausência de plano de classificação; falta de base de dados com referências ao acervo; ausência de tabela de temporalidade, entre outros.

O princípio dos trabalhos partiu da necessidade da aplicação dos procedimentos da gestão documental: avaliação dos documentos, conservação e preservação, classificação, descrição, difusão e acesso. Logo, foi criado o mapa do arquivo, para facilitar a localização dos documentos; novos protocolos de controle de entrada e saída de documentos (em meio físico e digital); planejamento e execução de novo armazenamento (disposição das caixas nas prateleiras); processamento técnico adequado e padrão (higienização dos documentos, armazenamento, preservação e conservação); descrição, indexação e informatização dos documentos da diretoria de recursos humanos e dos projetos e habite-se; elaboração de relatórios anuais de atendimentos internos e externos; cadastramento do APMC no *site* do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), *sub-link*: Cadastro de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, para dar visibilidade ao arquivo; organização de eventos, entre outros.

O APMC ainda passou a prestar assessoria a outros órgãos da PMC quanto ao armazenamento e avaliação documental. A lei nº 7.196/2018, em seu Art. 19, garantiu que os documentos declarados de cunho histórico e permanente não pudessem mais sair das dependências do APMC, cultura de muitos anos mantida no espaço e pelos cidadãos que o procuravam para fazer pesquisa. Para proporcionar um atendimento mais satisfatório à sociedade civil,

criou-se uma sala de consulta e para realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada dentro da administração pública municipal, criou-se a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

5 COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – CPAD

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, criada na forma da lei pelo decreto nº 35.031, de 06 de fevereiro de 2018: “Art. 2º [...] tem como responsabilidade definir, orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito da Prefeitura Municipal de Chapecó, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.”

Esta comissão, responsável pela avaliação e seleção da documentação, tem como objetivo estabelecer prazos de guarda ou eliminação, em conformidade com a legislação no que diz respeito aos prazos de documentos que poderão constar temporariamente nos arquivos institucionais e àqueles documentos que não deverão ser descartados.

A Avaliação e seleção documental, segundo Rodrigues (2014) são processos de análise e intervenções realizados mediante critérios da procedência do documento, do seu conteúdo informativo, da tipologia documental e dos valores intrínsecos da documentação, com a finalidade de estabelecer valores com vistas a estipular prazos de guarda ou eliminação/descarte.

Os critérios de avaliação e seleção estão diretamente vinculados ao cumprimento da legislação correspondente, à estrutura organizacional e à política da instituição quanto à determinação de valor dos documentos não abrangidos pela legislação. Para a execução das atividades relacionadas à avaliação de documentos foi criada a CPAD.

Para a composição da comissão, a estrutura e funcionamento da prefeitura devem ser de conhecimento da equipe formada, pois facilita a aplicação de juízo de valor ao acervo documental, viabilizando o processo de identificação de cada documento, bem como a sua relevância ou não em permanecer no arquivo.

Vale salientar a importância da atuação do arquivo nesse trabalho e da análise da documentação por um especialista da área, evitando-se o descarte indiscriminado de documentos que possuem valor histórico e que poderão servir de material de estudo aos pesquisadores e historiadores a posteriori.

A CPAD da PMC exerce funções pertinentes aos arquivos das secretarias e demais órgãos da administração pública municipal, em relação à produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e/ou eliminação de documentos. Para sua composição foi solicitado aos secretários municipais a indicação de dois servidores efetivos do quadro de cada secretaria, a fim de evitar variações que pudessem interferir no trabalho desenvolvido e constituir uma comissão interdisciplinar.

Atuante desde o dia 29 de março de 2018, a CPAD deve reunir-se por no mínimo uma vez ao ano e o APMC pode ser solicitado a qualquer tempo, quando houver demanda, pelos órgãos municipais. No ano de 2019 a CPAD e o APMC já descartaram uma média de quatro metros lineares de documentos da PMC, com previsão para mais onze metros lineares ainda neste ano.

6 METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, este estudo utiliza-se de uma abordagem descritiva, explicativa e qualitativa (GIL, 2010), uma vez que o principal objetivo do trabalho é abordar a fundamentalidade do apoio legal às atividades arquivísticas, descrevendo as etapas do processo de reestruturação do Arquivo Público Municipal de Chapecó.

É classificada como descritiva por descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, como explica Gil (2010). A abordagem explicativa, neste trabalho, segundo o mesmo autor, pode ser considerada como a continuação da pesquisa descritiva, uma vez que para identificar os fatores de um fenômeno, é necessário que este esteja minimamente descrito e detalhado.

Já a abordagem qualitativa, segundo Richardson (2012, p.79) “não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”, ou seja, é um método de investigação científica com foco no caráter subjetivo do objeto de estudo, às suas particularidades e experiências individuais.

Os aspectos metodológicos adotados ainda partiram de um levantamento bibliográfico utilizando como objeto principal de estudo a cartilha elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no ano de 2014,

intitulada: “Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania”. Além disso, elencaram-se as principais legislações arquivísticas vigentes como preceito de desenvolvimento do processo.

7 CONCLUSÃO

Este estudo foi elaborado com o intuito de colaborar com a mudança cultural dos usuários internos e externos à Prefeitura Municipal de Chapecó dos serviços fornecidos pelo Arquivo Público Municipal, auxiliando na compreensão do funcionamento e funções atribuídas a este. Não obstante, ressalta-se o título deste artigo: “A Fundamentalidade do Apoio Legal às Atividades Arquivísticas [...]” para enfatizar a dimensão de atuação das legislações na condução dos trabalhos de profissionais Arquivistas.

Manter as bases legais sempre atualizadas permite que o arquivista opere apoiado a normativas que podem minimizar futuros conflitos de interesse entre servidores e usuários no que tange os serviços prestados pelo arquivo público. Assim, a legislação, o arquivo e o arquivista podem operar em paralelo em prol da gestão documental.

Ainda vale ressaltar o quanto todo este processo está vinculado à gestão da informação e de documentos, que se faz essencial na elaboração de planejamentos organizacionais de instituições públicas e privadas, considerando-se o conceito abordado no Art. 3º da lei nº 8.159/1991: “Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”

Almeja-se que este trabalho contribua para despertar o interesse de futuros pesquisadores da Ciência Arquivística e áreas afins. Seguindo a mesma linha de pesquisa, outros estudos podem ser elaborados abrangendo os desafios legais e culturais presentes nos arquivos públicos por todo país, abordando outros órgãos das esferas municipais, estaduais ou federais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 35.031, de 06 de fevereiro de 2018. Cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito da Prefeitura Municipal de Chapecó e dá outras providências. Diário Oficial [dos] Municípios de Santa Catarina, Chapecó, SC, 06 fev. 2018. Disponível em:

http://edicao.dom.sc.gov.br/pdfjs/web/viewer.html?file=http%3A%2F%2Fedicao.dom.sc.gov.br%2F1518194306_edicao_2451_assinado.pdf#page=283. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 35.069, de 19 de fevereiro de 2018. Homologa o Regimento Interno do Arquivo Público Municipal de Chapecó e dá outras providências. Diário Oficial [dos] Municípios de Santa Catarina, Chapecó, SC, 19 fev. 2018. Disponível em:

http://edicao.dom.sc.gov.br/pdfjs/web/viewer.html?file=http%3A%2F%2Fedicao.dom.sc.gov.br%2F1519669042_edicao_2462_assinado.pdf#page=284. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 jan. 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 3.536, de 10 de agosto 1993. Cria o Arquivo Público Municipal de Chapecó, com outras providências. Diário Oficial [dos] Municípios de Santa Catarina, Chapecó, SC, 10 ago. 1993. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/1993/353/3536/lei-ordinaria-n-3536-1993-cria-o-arquivo-publico-municipal-de-chapeco-com-outras-providencias>. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.196 de 23 de outubro de 2018. Reestrutura a legislação que cria o Arquivo Público Municipal de Chapecó (APMC) e dá outras providências. Diário Oficial [dos] Municípios de Santa Catarina, Chapecó, SC, 23 out. 2018. Disponível em:

http://edicao.dom.sc.gov.br/pdfjs/web/viewer.html?file=http%3A%2F%2Fedicao.dom.sc.gov.br%2F1541436668_edicao_2671_assinado.pdf#page=464. Acesso em: 24 set. 2019.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil) Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro:

Arquivo Nacional, 2014, 153p. Disponível em:
http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

FUNDAMENTALIDADE. Dicionário Priberam: conceito de fundamentalidade. Disponível em:
<https://dicionario.priberam.org/fundamentalidade>. Acesso em: 31 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010. 184 p.

MIGLIAVACCA, Katuscia Winckler. Arquivo Público Municipal: histórico, missão, visão e valores. Disponível em:
<https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=13>. Acesso em: 23 set. 2019.

MIGLIAVACCA, Katuscia Winckler. Diagnóstico do Arquivo Público Municipal de Chapecó. Chapecó, 2017.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e prática. 5ª reimp. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. Colaboradores: José Augusto de Souza Peres (et al.). 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, George Melo. Arquivologia para os concursos de Técnico e Analista. 3ª ed. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2014.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos Modernos: Princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

arquivistas@gmail.com